



Roteiros

21. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro

D. SEBASTIÃO DE RESENDE PROFETA EM MOÇAMBIQUE

por ADRIANO MOREIRA

1 — A comunicação que escolhi fazer, nesta primeira intervenção na Academia das Ciências, tem a ambiciosa intenção de repôr D. Sebastião de Resende na memória histórica portuguesa da segunda metade do século XX, este a chegar ao fim sem que tenham sido recolhidos e distribuídos os dividendos da paz anunciados em 1945.

Tratou-se de um período em que se esgotou o nosso conceito estratégico nacional secular, o qual fizera da descoberta, conquista e missão, os tópicos fundamentais da função do governo, para além das mudanças de regimes ou de gestores.

Todavia, nunca acontecera antes que o tempo acelerado da mudança das estruturas internacionais desafiasse tão intensamente o tempo demorado da alteração dos conceitos culturais, incluindo os que dizem respeito à visão da ordem mundial e às capacidades e responsabilidades das soberanias.

Pelo que toca aos portugueses ainda vivos, a mesma geração teve de responder a três mudanças de fronteiras, um facto que condiciona inelutavelmente a medida da liberdade de decisão de qualquer Estado.

Ainda durante a segunda guerra mundial, Portugal tinha uma fronteira pluricontinental que vizinhava exclusivamente com soberanias ocidentais, excluindo a China que todavia

não pesava na balança de poderes. Os padrões de referência, os jurídicos, os costumeiros, e até os éticos, tinham resultado de uma hegemonia euromundista, e forneciam um quadro de acção em que esta, por vezes, parecia ter o perfil de um exercício académico, tão longamente estabilizada tinha permanecido a equação dos interesses estaduais. A hierarquia das potências fôra absorvida pelos usos, e raras vezes acontecia que viesse a ser beliscada, na área ocidental, a igual dignidade dos Estados, arredadas competições do tipo daquela que nos fizera sofrer o Ultimatum Inglês.

A II guerra chamada mundial pelos efeitos, mas exclusivamente ocidental pelas causas, provocou a caducidade da definição internacional portuguesa, porque o movimento de

descolonização, num ritmo que levou ao ponto crítico de 1961, fez surgir nas fronteiras uma dezena de



D. Sebastião Soares de Resende. Reprodução do retrato, património do Colégio Português-Roma

(continua nas pgs. centrais)

O MITO GRECO-LATINO E O PROBLEMA DA TRANSFORMAÇÃO MITOLÓGICA DA REALIDADE N' «OS LUSÍADAS» DE CAMÕES (*)

Os críticos literários prestam pouca atenção à carta de E. A. Baratynski a A. S. Pushkin, datada de 26 de Janeiro de 1826, embora ela seja muito interessante para o estudo da estética do grande poeta russo e, em particular, para a análise de sua percepção do mundo creativo no poema histórico. «Escrevem-me, diz Baratynski a Pushkin, — que estás a conceber um novo poema, o «Ermak». (1) Realmente, o objecto é extremamente poético, digno de ti: dizem que até Camões ficou pasmado quando a notícia alcançou o Parnaso. Que Deus te abençoe e te dê forças para realizares a grande façanha.» (2) O nome de Camões não foi mencionado por acaso, naturalmente. O projecto de Pushkin era tão grandioso que o próprio Camões ficara pasmado, Camões que dificilmente poderia ficar admirado com o que quer que fosse. Segundo parece, «Os Lusíadas» eram para Baratynski a única obra capaz de abrir ao seu amigo os horizontes poéticos na criação do poema épico.

Baratynski conhecia perfeitamente o mundo imaginativo da poesia de Pushkin, ele próprio era um mestre incomparável no uso das imagens greco-latinas, nas reminiscências mitológicas.

Ele aludiu delicadamente ao seu amigo o poema em que existia, a seu ver, a coesão da história e o mito. Em suas próprias obras poéticas a história adquirida, frequentemente, características do mito, as forças que dominavam o movimento histórico entendiam-se mitologicamente. Um exemplo elucidativo é o seu poema «A Última Morte». Mencionamos esta carta para mostrar que a fusão da história, do tempo histórico e do mito que vemos n'«Os Lusíadas» tornou este poema uma obra exemplar do Renascimento e prova com evidência que a epopeia de Camões é encarnação do espírito e letra renascentista, conservando a sua importância na solução do problema ético no primeiro terço do século XIX.

Esta fusão, porém, nem sempre considerava-se basilar. Hegel notou que «Os Lusíadas», apesar de terem o enredo da história nacional e contarem a gesta dos portugueses, não representam um poema em que existe a verdadeira unidade da expressão poética e do conteúdo. Entretanto esta obra proclama o advento da nova era e faz distanciar-nos da época medieval. «Aqui sente-se a discórdia entre o tema nacional e ideias herdadas quer dos antigos, quer dos italianos, de modo que desaparece a impressão da origem épica.» (3) É mister salientar que o surgimento da poesia épica da Idade Moderna foi para Hegel um fenómeno problemático, pois o substrato épico — audácia, que constitui um traço inerente do carácter, está muito melhor representada nas obras de

Homero, na arte do ideal clássico, na arte da Antiguidade. Mas a audácia, segundo Hegel, «reflete-se nas façanhas do povo». O valor não é reflexo do moral «quando a vontade define a si própria, sendo a consciência do espírito e a vontade» (4). O valor baseia-se sobre o aspecto da natureza, é aqui que encontramos o equilíbrio com a origem espiritual, o que é indispensável para realizar objectivos práticos. Estes objectivos servem mais para a descrição, cedendo à epopeia o lugar na poesia. A falta da heterogeneidade do mundo histórico e mitológico, eis o sentido oculto do reproche lançado por Hegel a Camões. O mundo mitológico era para Hegel uma coisa reliquiária, própria dos gostos daquela época. Hegel exigia de Camões que o mundo da epopeia fosse estreito, homogéneo e linear.

Os românticos eram de outra opinião acerca deste problema. Augusto Guilherme e Frederico Schlegel e, em particular, Ludovico Tieck admiravam o mundo variado e multicolor de Camões. Na novela de L. Tieck a «Morte do Poeta», onde muitas páginas representam



Retrato de Luís de Camões que Fernando Gomes fez em Lisboa (1570)

o tratado estético consagrado a «Os Lusíadas» e a sua poética, não passa de uma polémica contra Hegel e as personagens da obra que duvidam da possibilidade de ligar a história do povo cristão e as imagens poéticas da mitologia greco-latina.

(*) Publicamos neste n.º de Roteiros este ensaio sobre Camões da Prof.ª Doutora D. Irene Kokhlova, Professora de Português da Faculdade de Filologia da Universidade de S. Petersburgo, Académica Correspondente da Academia Internacional de Cultura Portuguesa e Bolseira do Instituto Camões

Pela boca de uma das personagens da novela Tieck expressa a ideia de que Camões uniu magnificamente a Natureza, a História e a Poesia. A plasticidade greco-latina, o pitoresco e a musicalidade italianos, unidos com o profundo conhecimento da história nacional, o sublime, as esferas cósmicas, o mesquinho, o heroísmo das batalhas e o sofrimento do amor, a audácia e a perfídia — tudo isto constitui uma unidade indissolúvel no poema de Camões. Esta epopeia sugere-nos a imagem completa do universo com a sua beleza eterna, revela-nos a poesia onipotente. O mundo do poema submete-se à única lei, à lei da poesia. A poesia, sem excepção alguma, é a essência e a forma d'«Os Lusíadas», que são, segundo Tieck, uma autêntica obra do Romantismo⁽⁵⁾. Os autores românticos não conceberam o Renascimento como um tipo especial de cultura. A cultura desta época (Dante, Camões, Cervantes, Shakespeare) era para eles o início da arte romântica, da arte com «horizontes abertos» — como disse F. Schlegel sobre Cervantes. Mesmo assim, a concepção romântica do Renascimento coincide em muitos aspectos com a concepção actual. Os românticos viam no Renascimento uma fase especial da cultura, um mundo entre culturas diferentes onde diversas tendências culturais fermentam e chocam aniquilando-se mutuamente e deste caos nasce uma nova harmonia. Precisamente no Renascimento os românticos procuravam e encontraram aquela forma de cultura aberta em que se tinham sintetizado todas as potências do artista. É notório que o conceito do poema de Camões não é uniforme. Há três planos que coexistem e misturam-se: a viagem de Vasco da Gama, a história de Portugal e a mitologia — bela reconstrução renascentista da mitologia greco-latina. É precisamente a mitologia que nos revela a ligação da poética de Camões com a tradição rítmica do Renascimento, o que faz «Os Lusíadas» uma obra em que o espírito da Renascença está encarnado com uma força excepcional.

«Os Lusíadas» são o limite das possibilidades do sentido da vida renascentista, da história e da cultura, representam a última tentativa de alcançar a harmonia no mundo e no espírito humano cheios de contradições. As tendências do Renascimento que fazem a estilização greco-latina da cultura, não são estranhas, nelas vemos frequentemente o indício relevante àquela época, apesar de que Jacobo Burckhardt tentasse buscar acima de tudo qualquer facto empírico para descrever o sujeito da cultura renascentista. As obras tão relevantes como «Os Lusíadas» e as intenções criadoras inerentes, a nosso ver, só podem ser analisadas a partir do modelo conceptual íntegro do mundo renascentista, sem dúvida este modelo tem todos os defeitos do esquema rígido, mas os factos que estão fora do modelo comum em cada caso concreto revelam, em primeiro lugar a variedade das formas e fenómenos desta cultura ímpar. Baseando-se nas investigações de L. M. Batkin V. S. Bibler vê-no fenómeno da alienação^(*) uma das principais intenções da mentalidade do Renascimento. Com efeito, o carácter dialógico, a polifonia da cultura humanista, o enraizamento na história, na estilização, ou melhor dito, na transformação mitológica da vida, tornam o Renascimento uma das épocas culturais congêneres, onde a ambivalência é um dos princípios que formam a estrutu-

ra. Se os românticos anteviam na literatura o Renascimento os horizontes ilimitados, isto explica-se, como disse magnificamente V. S. Bibler, pelo facto de que ele «começa a aventura perigosa dos grandes descobrimentos culturais». ⁽⁶⁾ Com efeito, aqui há de traçar uma paralela com os Descobrimentos, visto que Jacobo Burckhardt nos «Apontamentos sobre a história universal» inclui-os e o homem ligado com eles no amplo panorama da cultura do Renascimento. «Os Descobrimentos», escreve V. S. Bibler, arrancando o indivíduo das relações taxativas com a vida cultural quotidiana e matrizes sociais, fazem-no capaz de entrar na cultura «estranha», alheia, mas nem sempre este processo vai até ao fim. É apenas uma viagem, algo passageiro, como a permanência numa carruagem...» ⁽⁷⁾ Isso explica a imperfeição do código cultural no encontro com os sistemas sógnicos das culturas alheias, quando tentam explicá-las, decodificar, aplicando aceitáveis signos modelizantes. É característico não só para Camões, para quem a tradição épica é todo o peso da cultura antiga e da retórica renascentista eram inerentes, mas também para a «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto que é mais aberto para o mundo. A fundação das cidades-estados nos séculos XIV-XVI em Itália e depois o surgimento dos estados-conquistadores de Espanha e Portugal fixaram novas formas sociais, necessárias para organizar a actividade do indivíduo e de grupos inteiros no espaço e tempo, não para o movimento como tal, mas para a «mudança brusca de climas culturais no período da vida de cada homem para que as externas definições sócio-culturais sejam interiorizadas radicalmente. «Na consciência do indivíduo estas diferentes culturas correlatavam, diminuam a sua missão fatal, tornando-se assim objecto da livre actividade interior.» ⁽⁸⁾ A actividade livre faz impossível a existência de uma única lógica, de uma única forma do existir. Ela é um manancial da extraordinariedade humana extraordinária, da capacidade desenvolvida «para superar a cultura como fatalidade, para incitar um destino contra outro e ficar desta maneira livre.» ⁽⁹⁾ Por isso «Os Lusíadas» em Portugal não são só o auge do Renascimento da arte, mas da vida também, onde encontramos este contacto das culturas, que é especialmente produtivo nas artes. O diálogo das culturas não é aqui um diálogo de diferentes formas de mentalidade. O sujeito da cultura concebe mundos culturais contrários como integrantes. Do ponto de vista lógico do dialéctico e excelente analítico Hegel o mundo poético de Camões parece uma união artificial de coisas incompatíveis, mas o facto é que este critério não se pode aplicar a «Os Lusíadas», porque a sua esfera é o Universo como unidade orgânica. A efabulação mitológica do poema de Camões contém uma série de cenas em que os protagonistas são os Deuses Olímpicos. A rivalidade que opõe Vénus, protectora dos portugueses, a Baco, inimigo deles, está representada nos episódios abstraídos de modelos, que eram sobretudo a Ilíada e a Odisseia de Homero e a Eneida de Virgílio. A legenda de Adamastor com a sua evidente alusão a Ovídio, a Ilha dos Amores, o banquete com as deusas marinhas, a aparição de Tétis — tudo serve para que a ficção mitológica coexista ou combine mais com a viagem de Vasco da Gama que com a história de Portugal.

(*) Segundo Sklovskij o fenómeno do estranhamento ou (desfamiliarização). Cf. Sklovskij, «A arte como procedimento». Este ensaio escrito em 1916, foi depois aproveitado por Sklovskij para abertura do seu livro, publicado em 1925, O teori prozy, (tradução em italiano: Una teoria della prosa, Torino, Binaudi, 1976. Encontra-se uma excelente análise dos termos e dos conceitos fundamentais da teoria estética de Sklovskij no estudo de Donatella Ferrari-Bravo «Per un lessico della poetica sklovskiana», in Strumenti critici, 20 (1973), pp. 83-105.

Parece que Frank Pierce simplifica a significação do mundo mitológico do poema, quando ele diz que este mundo está sujeito ao tema cristão e tem papel secundário. (16) Pierce baseia-se sobre a opinião de Faria e Sousa, brilhante comentador da obra de Camões. Nele concebe as figuras alegóricas e as da mitologia como uma unidade poética. Em nosso parecer aqui domina uma tendência contrária, quer dizer, é o superar (Aufheben) do significativo absoluto dos conceitos medievais do Tempo e Vida, quando a sequência linear encerra um conteúdo capaz de preencher até ao extremo cada instante do tempo histórico. A plenitude do instante supera o dualismo do Tempo e da Eternidade o que realiza a autolimitação humana e com que o indivíduo se sintia sujeito da história, a breve vida do homem torna-se triunfo do mundo terrestre. São precisamente os deuses olímpicos e a sua interferência na vida dos heróis, nas suas acções que fazem heróico o tempo da história portuguesa. Baco, apesar de ser parente de Luso, tece dificuldades e peripécias para a esquadra do Gama, desencadeando a tempestade, lançando a desconfiança contra os portugueses, mas cada vez ele sofre a derrota. Há que lembrar o poema da Antiguidade de «Noumos», onde se descreve a marcha do Baco-Dionísio à Índia pelos países asiáticos. Camões escolhe o tema greco-romano da inveja de Deus aos heróis mortais que tencionam repetir o que só Deus pode. O lineamento da viagem de Vasco da Gama é independente, a sua ligação com o mundo divino tem um carácter especial. O mundo

dos deuses com o seu tempo cíclico, com a sua circunvolução natural à história de Portugal e à navegação da esquadra de Vasco da Gama tem origem metahistórica. Os deuses contemplavam toda a história da Humanidade, a elevação e a decadência dos impérios mundiais: Assíria, Pérsia, da monarquia greco-macedónica, de Roma. Eles viram o florescimento do cristianismo, toda a história passou ante os seus olhos, incluindo a de Portugal. Camões não duvida que a fé cristã seja um impulso promotor da história, que a missão dos portugueses seja justa e devota. O mundo divino relacionado com a história representa todo o Universo, formado pelo Criador. Este mundo é plástico, os deuses, interferindo na luta dos homens, apacificam-se tempestades, harmonizam o mundo. A seriedade da história une-se com o jogo mitológico. Os acontecimentos históricos, que o poeta conhecia das crónicas, entram facilmente nos esquemas mitológicos.

Põe-se a Deusa com outras em dereito
Da proa capitania, e allí fechando
O caminho da barra, estão de jeito
Que em vão assopra o vento, a vela inchando;
Põe no madeiro duro o brando peito,
Para detras a forte nau forçando;
Outras em derredor levando-a estavam,
E da barra inimiga a desviavam.

(Canto II, estância 22)

Jogando com as figuras mitológicas, Camões, segundo L. M. Batkin, transforma «o mito em própria ritualidade séria, tomando o seu papel total e sacralizado» (17) Por isso a transformação mitológica, quer dizer, a introdução das reminiscências mitológicas na história, revela a intenção de jogo da cultura renascentista. Aqui realiza-se a coesão das duas culturas: do mundo antigo e a civilização cristã.

O episódio da Ilha dos Amores, um dos mais brilhantes no poema, é uma pastoral renascentista. Os marinheiros valentes que superaram todas as dificuldades e peripécias da viagem chegando à Ilha dos Amores penetram no espaço do sonho, onde o tempo linear não existe. Aqui reina a harmonia, não há nada da espontaneidade ou da confusão. A Natureza cria a ordem divina, obedecendo à vontade de Vénus. A plasticidade e clareza da descrição tem de sublinhar a razão criadora da Natureza e a diversidade das suas formas. Na ilha erguem-se três formosos outeiros adornados com relva cor de esmeralda entre os quais estende-se um vale. Um arvoredado espelha-se nas claras águas das fontes que ajuntam-se num lago. A nitidez descrita das partes da paisagem tornando-as isoladas, mas conservando a integridade de todo o quadro, Camões não admite qualquer difusão. Cada árvore, arbusto e flor daquela ilha maravilhosa tem o seu próprio atributo com que estão ligadas como na obra de Sannazaro, as reminiscências mitológicas e livrescas. As árvores e flores não existem como tais na sua existência, elas estão unidas para sempre como mundo. A cor do fruto da laranjeira é cor dos cabelos de Dafne. O limociro desfalece no chão sob o peso frutos amarelos que imitam virgíneas tetas. A natureza é mitologizada, as estâncias 57-63 estão sobrecarregadas de nomes de deusas, ninfas e heróis mitológicos, mas não monótonos graças à mestria de Camões.



Padrão dos Descobrimentos — Símbolo da presença portuguesa em África, Oriente e Brasil

A cândida cecém, das matutinas
Lágrimas rociada, e a manjarona;
Vem-se as letras nas flores Hiacintinas,
Tão queridas do filho de Latona;
Bem se enxerga nos pomos e boninas
Que competia Cloris com Pomona.
Pois, se as aves no ar cantando voam
Alegres animais o chão povoam.

(Canto IX, estância 62)

A natureza mitologizada tem a sua vida especial, é natureza artificial que não é criada pela mão do homem como nos parques do Barroco, mas é transformada através do mito. As conclusões da análise da «Arcadia» de Sannazzaro feita por L. M. Batkin são justas em relação à poesia pastoral de Camões. A Ilha dos Amores pela sua estrutura contemplativa é acima de tudo um país da Antiguidade pintado nos moldes da poética de Virgílio. Os portugueses neste país fabuloso de Camões não parecem pessoas a quem tudo é estranho. Eles sentem-se encantados pela beleza das ninfas, participam no jogo amoroso dirigido por Vénus. O espaço mágico da Ilha dos Amores e o amor das ninfas, a união dos corações amorosos são a salvação da Fortuna omnipotente. Podemos notar dois momentos, postos em relevo na obra de Sannazzaro por L. M. Batkin, que se conciliam perfeitamente com o poema de Camões: «o sentimento da distância que separa da Antiguidade divinal e o sentimento da transladação à Antiguidade e transformação dela na própria realidade cultural da vida»⁽¹²⁾. A

pastoral renascentista é semiotização secundária da vida natural e simples, a sua introdução no sistema signico existente. É indiscutível que a glorificação do valor dos portugueses constitui o tema principal d'«Os Lusíadas», mas Camões não seria o poeta genial do Renascimento se este valor não servisse aos objectivos da harmonia e regularidade de tudo o que existe.

A história de Portugal é orientada, a sua intenção linear é uma cadeia de façanhas dos heróis, mas o momento culminante deve chegar quando a guerra desaparecer e a justiça e a paz reinarem em todo o mundo. Ao nosso ver o problema da identidade da Ilha dos Amores com qualquer ilha real é desnecessário, os que operam com as fontes da Antiguidade estão mais perto da verdade. Camões neste caso continua a tradição da pastoral do Renascimento. Podemos verificá-lo desde o idílio do canto IX das nereidas até a representação da harmonia do sistema do Universo no fim de poema quando a natureza e a história estão sujeitas ao único princípio da construção do mundo.

NOTAS

(¹) Trata-se de Ermak (? — 1584), Ataman (chefe cossaco), conquistador da Sibéria na época do reinado de Ivan IV o Terrível. Nos anos 1579-1582 desencadeou operações militares contra tártaros, que iriam garantir um efectivo domínio das regiões dos Urais e Sibéria oriental.

(²) Baratynskij E. A. (1800 — 1844) é grande poeta romântico russo. Vj Baratynskij E. A. Stikhi, pissma, vospominania sovremenikov. Moskva, 1989, c. 165. (Versos, cartas, Memórias dos contemporâneos. Moscovo, 1989, p. 165). Sobre a recepção da obra de Camões pelos românticos russos, veja-se o artigo de Kokhlova I. A. «Camões na literatura russa» publicado no vol. III: Estudos sobre a projecção de Camões em culturas e literaturas estrangeiras. Os Lusíadas. Quarto centenário da morte de Luis de Camões e segundo centenário da fundação da Academia das ciências de Lisboa. Lisboa, 1984, pp. 529-543.

(³) Hegel G. W. F. Ästhetik, Hrsg. von Friedrich Bassenge, Berlin, 1955, S. 996.

(⁴) Hegel G. W. F. Op. cit., S. 954.

(⁵) Tieck L. Tod. des Dichters. Berlin, 1984.

(⁶) Bibler V. S. Ot naukoúchenia k logike kultury. (Desde a doutrina da ciência até a lógica da cultura) Moscovo, 1991, p. 86.

Sobre este problema, cf.: Armando Castro, Camões e a sociedade do seu tempo, Lisboa, 1980.

(⁷) Bibler V. S. Op. cit., p. 87.

(⁸) Ibidem, p. 87.

(⁹) Ibidem, p. 88.

(¹⁰) Pierce Frank. «The Place of Mitology in the Lusíads», in: Comparative Literature, 1954, vol. VI, N 2, pp. 97-122.

(¹¹) Batkin L. M. «Motiv raznoobrazia v Arkadii Sannazzaro i novyj kulturnyj smysl antichongo janra». v: Antotchnoe nasledie v kulture Vozrozdénia. «Motivo da variedade na «Arcadia» de Sannazzaro e um novo sentido cultural do género da Antiguidade». in: Herança da Antiguidade na cultura do Renascimento, Moscovo, 1984, p. 161).

(¹²) Batkin L. M. «Zarozhdenie novo-evropejskogo ponimania kultury v janre renesansnoi pastorali. Arkadia Sannazzaro.» in: Problemy italijskoi istorii — 1982. (Surgimento do novo entendimento europeu da cultura dentro do género da pastoral renascentista. A Arcadia de Sannazzaro, in: Problemas da história italiana — 1982, Moscovo, 1983, p. 161). Sobre o problema do género da pastoral no Renascimento, cf.: Vitor Manuel de Aguiar e Silva. Teoria da literatura. Coimbra, 1990, pp. 390-394.

Irene A. Kokhlova
Bolsreira do Instituto Camões



HOTEL ROMA

* * *

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 16586 P
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

EM FATIMA:

* * *

HOTEL SANTA MARIA

Rua de Santo António
Telefs. (049) 51015/51025 — Telax 43108

HOTEL DOM JOSÉ

Av. D. José Alves Correia da Silva
Telefs. (049) 52215/52225 — Telax 43279

D. SEBASTIÃO DE RESENDE

(continuação da pág. 1)

soberanias novas, todas tributárias da ideologia da mudança, apoladas em sistemas culturais contraditórios do euromundista, invocando um capital de queixas que não concedia atenuantes a nenhum dos poderes europeus em retirada.

Depois de 1974, o país ficou com uma única fronteira, de novo exclusivamente ocidental e europeia, agora também geograficamente, remetendo uns restos de Império, Macau e Timor, para o estatuto de territórios sob administração portuguesa, uma novidade conceitual de recurso à espera de um ponto final definitivo.

No longo entretanto, os objectivos estratégicos portugueses tinham entrado em contradição com a definição dos grandes espaços a que pertencia.

Estado fundador da NATO, todos os seus parceiros renunciaram aos impérios e assumiram a descolonização como um objectivo necessário para fortalecer a nova ordem bipolar, membro da EFTA, os seus parceiros encaminharam-se para o Mercado Comum Europeu que era incompatível com a estrutura multicontinental portuguesa, e por isso apenas depois de 1974 pode adoptar o europeísmo das comunidades. Na comunidade Luso-Bra-

sileira, a chegada ao poder do efémero Jânio de Quadros implicou a retirada do apoio do Brasil do difícil diálogo com a ONU.

Finalmente, no grande espaço católico, formalmente definido pela Concordata e pelo Acordo Missionário, diplomas assinados no Vaticano em 7 de Maio de 1940, sendo Portugal representado por Carneiro Pacheco, a concordância de perspectivas entre a Igreja e o Estado seria submetida à revisão que foi corolário do Concílio Vaticano II convocado por João XXIII, que presidiu à sua abertura em 11 de Outubro de 1962.

No que toca à política do regresso do Vaticano à vida internacional, à qual Pio XI deu forma e consistência com a multiplicação do modelo das Concordatas durante o seu longo reinado entre 1922 e 1939, aquilo que viria a ser posto em causa seria o Acordo Missionário assinado já por Pio XII, no ano de 1940 em que Portugal celebrava o oitavo centenário da Fundação e o terceiro centenário da Restauração.

As revoluções liberais, em nome da liberdade, tinham afastado a Igreja Católica da intimidade institucional e centenária com o poder, e a política concordatária do Vaticano representava a adesão da Igreja ao quadro da ideologia contratual do constitucionalismo. Mas a expansão imperialista das mesmas democracias estabilizadas da frente marítima europeia, ou de população católica ou protestante, não descorou obter o consenso das igrejas para o exercício da acção colonizadora, predominantemente assimiladora na área da vida civil e religiosa. Por isso o Acordo Missionário se traduziu, no espírito inicial, em restabelecer a corresponsabilidade da Igreja e do Estado à luz da regra que já vinha do Acto Colonial de 1930: «as missões católicas portuguesas do ultramar, instrumentos de civilização e influência nacional, e os estabelecimentos de formação de pessoal para o serviço neles e do Padroado Português, terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino». Tratava-se de fazer cristãos-portugueses, duas lealdades que eram supostas inseparáveis e por isso legitimaram a convergência de acção e de responsabilidade entre as duas instituições, o Estado e a Igreja.

A leitura dos Evangelhos para os nossos tempos, praticada na aula do Concílio, não punha em causa o modelo concordatário sempre aperfeiçoável e sempre disponível para cobrir mais tarde o regresso dos povos libertados pela queda do Muro de Berlim em 1989; mas não podia deixar de afectar a perspectiva missionária, atenta ao povo de Deus, uma realidade que atravessa horizontalmente as fronteiras políticas mutáveis, fronteiras que fazem parte da sua circunstância mas não da respectiva identidade. Ao contrário, a mudança das circunstâncias faz apelo à defesa da identidade, e dos valores essenciais que lhe dão expressão.

De facto, é o problema das fidelidades múltiplas que emerge sempre que se verifica uma alteração do tipo da que afectou a definição da fronteira, do conceito estratégico, e da função da soberania portuguesa no mundo. Sem falar na metrópole, onde o Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes foi símbolo da mudança do sentido concordatário, no ultramar português foi D. Sebastião Soares de Resende, primeiro Bispo da Beira, um símbolo histórico da mudança de sentido da responsabilidade co-



CAVES DA

Montanha

A HENRIQUES

SEDE EM: ANADIA — PORTUGAL

Teleq.: Montanha

Telefs 52260 e 52611

Telex 53081

Apartado 1 B

3781 ANADIA CODEX



«A. HENRIQUES» — O REI DOS ESPUMANTES

7 CONCURSOS DA J. N. V. = 7 MEDALHAS DE OURO |

CONCURSO DE BUCARESTE = 1 MEDALHA DE OURO |

CONCURSO DE BRATISLAVA (1971) = 1 MEDALHA «OR» |

Concurso de Bratislava (1975) = 1 MEDALHA «GRAND OR» |

CONCURSO DE MILÃO (1976) = 2 MEDALHAS DE OURO |



Espumantes Naturais - Vinhos do Porto - Licores Superfinos
Brandies - Aperitivos - Vinhos de Mesa

PROFETA EM MOÇAMBIQUE

num missionária, assim como no martirizado Timor, um dos dois restos de Império que a Constituição refere, é também D. Ximenes Belo quem assume o apelo ao respeito pelos direitos fundamentais do homem e dos povos. Por coincidência, ambas as dioceses, a da Beira e a de Timor, «que se chamaria de Dili», foram criadas pela Bula Solemnibus Conventionibus de 4 de Setembro de 1940.

2 — Estávamos no ano em que a Exposição do Mundo Português, inaugurada a 23 de Junho, era chamada por Augusto de Castro o «apoteótico coroamento do Período Imperial das Festas Centenárias», as da Independência e as da Restauração que tinham coincidido.

Estava a Europa em plena segunda guerra civil mundial da cristandade, mas nada parecia perturbar o aparente entendimento de que se tratava apenas, e mais uma vez, da balança de poderes, questão que seria resolvida sem afectar a estrutura do sistema internacional, como acontecera noutras oportunidades também lamentáveis.

Os discursos do Presidente do Conselho Doutor Oliveira Salazar, quer aquele com que sublinhou a assinatura do Acordo Missionário em 25 de Maio, com o título «Problemas político-religiosos da Nação Portuguesa e do seu

Império», quer aquele com que assinalou em 2 de Junho o início das celebrações centenárias, e que intitulou «800 anos de independência», assim como a estrutura da própria exposição, não deixavam supor a previsão da ruína do sistema euromundista. Na data em que D. Sebastião foi criado primeiro Bispo da Beira, em 21 de Abril de 1943, nem a guerra relâmpago da Polónia, nem a derrota da França, nem a humilhação ocidental no Pacífico, nem a evolução da intervenção da Rússia no conflito, nem o projecto nazi de arrasar as cidades inglesas, nem o terrível simbolismo do Ghetto de Varsóvia, nem a advertência do fosso de Katyn, pareciam perturbar a perspectiva de uma paz que obedeceria ao modelo da balança de poderes e manteria a hegemonia ocidental.

Um líder da estatura do Churchill, firme na adesão ao ideário que Lord Asquith tinha formulado para a Comunidade Britânica na Conferência Imperial de 1911, declarava que não tinha sido nomeado Primeiro Ministro de Sua Majestade Britânica para presidir à liquidação do Império Britânico, porque não previa que essa seria a sua condição, preço de uma vitória de grandes passivos.

A distância entre a percepção e a realidade que havia de manifestar-se frequentemente na história deste século, a última vez demonstrada pela total e geral incapacidade de ter previsto a queda do Muro de Berlim em 1989, um facto que surpreendeu todas as instâncias que desde sempre pugnavam e ansiavam pelo acontecimento.

3 — Da experiência anterior de D. Sebastião, quando foi criado Bispo da Beira, não constava a problemática colonial nem a vivência das complexas relações internacionais que condicionavam o exercício do poder político e da missionação no território.

Era um facto que a dimensão ultramarina portuguesa ocupava pouco espaço da definição dos currícula escolares de todos os níveis, e também não era considerável a atenção que lhe reservavam os programas políticos alternativos anteriores à crise da década de sessenta. Ordenado D. Sebastião em 1928, depois de cursar o Seminário do Porto, concluiu o doutoramento na Universidade Gregoriana, enriquecendo a sua visão com a frequência do Instituto de Ciências Sociais de Bérgamo. Regressando em 1933 ao Seminário do Porto, para assumir o professorado, que exercia acrescido da dignidade de Cônego da Sé, a sua vida pareceu então consagrada a um projecto cultural, como minuciosamente informa e documenta o Prof. Carlos Moreira Azevedo. Investigador da acção dos teólogos portugueses no Concílio de Trento (1935), dedicou anos ao estudo do pensamento católico português. Pretendia encaminhar a sua geração eclesiástica no sentido de retomar a linha e o fulgor que radicava um Santo António, este o Meu Bispo de S. Francisco, e em Pedro Hispano, que seria o breve Papa João XXI.

Desta intervenção retirava a conclusão, pela qual se bateu, e que se traduzia em entender que «uma Universidade sem uma Faculdade de Teologia não pode ser realmente uma verdadeira Universidade». Posso testemunhar que este conceito, embora com diferente origem, embarçou durante décadas a adesão do Doutor Oliveira Salazar ao projecto de fundar uma Universidade Católica em Portugal.

GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



Gertal

Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária do bom desenvolvimento da criança e do adolescente.
Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma seleção e uma formação rigorosas e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhes uma relação de confiança e um Serviço de Qualidade.
Por isso os Alunos, os Professores e os Auxiliares Educativos usufruem do prazer de uma refeição esmerada com base em produtos rigorosamente seleccionados.

LISBOA - Av. Infante Santo, 23-12.º. Tel.: 57 67 34 - Telex 13737 Gertal P Lisboa - 1300 Lisboa
PORTO - Rua Gonçalo Sampaio, 295 - Tel.: 69 99 03 - Telex 23426 Gertal P Porto - 4100 Porto

Sustentava, contra o parecer, que viria a ganhar vencimento, de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, que o passo mais útil e proveitoso seria reconstituir a Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, que ficaria científica e pedagogicamente dependente da Igreja. Nestas contradições de métodos se foi demorando o projecto, que, do outro lado do Atlântico, tinha um defensor no jovem Darcy Ribeiro, Reitor da nova Universidade de Brasília, e não obstante a sua diferente escala de valores.

Quando a derrocada da ordem internacional, a que assistimos neste fim de século, implicou o regresso do divino à problemática internacional, e a Mensagem de Assis de João Paulo II pretende conseguir a convergência de todas as religiões ecuménicas no sentido de implantarem o valor da paz em todas as latitudes, também devemos reconhecer a pertinência do ensino e da antecipação do futuro padre conciliar.

4 — A passagem para as responsabilidades do governo na Diocese da Beira, designado por Pio XII em 1943, vai fazê-lo defrontar com uma realidade social inteiramente nova, num ambiente, que tentei descrever, em que a nossa perspectiva internacional, progressivamente afastada da realidade moldada pela guerra, e as próprias expressões das autoridades romanas, ao assinarem a Concordata e o Acto Missionário, não pareciam antever o fim do Euromundo: Pio XII, na Carta Encíclica *Saeculo Exeunte Octavo*, de 3 de Junho de 1940, celebra a «gloriosa e nobre Pátria» portuguesa, lembra o sangue derramado pelos missionários portugueses, «semente de cristãos», e insiste na necessidade de incrementar o suporte missionário nacional.

A vitória final da Grande Aliança Democrática parecia ser lida como a garantia da reposição do sistema, ninguém parecendo ter antecipado que a revisão da logística imperial era uma consequência do esgotamento das capacidades estaduais, e que a política da autodeterminação e do regresso das legiões a Roma, seria a tónica da nova ordem.

Muito rapidamente, e adoptando como divisa — *per ipsum et cum ipso* — D. Sebastião parece iluminado no sentido de apreender o essencial do condicionamento ideológico mundial, e de avaliar as debilidades da estrutura portuguesa para resistir a factores exógenos que não podia influenciar.

Estávamos a entrar numa época de crise de fidelidades, de traições bivalentes documentadas por casos como foi o dos generais mais condecorados de França — Salan, Gouraud, Jouhaud e Challe (1961), exauturados e condenados à prisão por se revoltarem contra o General De Gaulle, o fanático da grandeza da França, que todavia mandava retirar da Argélia. O juízo sobre o bipolarismo que dominou o mundo até ao fim deste século, consta dessas notáveis Pastorais de D. Sebastião que são a Ordem Comunista, publicada cinco anos depois de entrar na diocese, a Ordem Anticomunista, e A verdadeira Internacional, publicadas nos anos seguintes. Na primeira lembrava que o anátema católico contra o comunismo tivera a consequência procurada da «defesa do amor da Pátria», uma conclusão coerente para a pessoa que Aquilino Ribeiro acusara de «lusitanismo insaciável»; na segunda, proclama o Evangelho como o eixo da roda, que acompanha e segura esta em todo o movimento, mas não anda; na terceira, proclama a igualdades de todas as etnias, a igual

dignidade de todos os homens, e aponta para o universalismo, muito na linha de Teilhard de Chardin, universalismo geográfico, político, bélico, que animaria o século à luz do ideário da Carta da ONU.

Estas referências, quando desenvolvidas para a acção em Moçambique, não podiam deixar de o envolver numa das questões suscitadas pela paz de 1945, e que aqui referenciamos já como a questão das fidelidades múltiplas. Talvez o documento mais expressivo seja a Pastoral intitulada *Por um Moçambique Melhor*, de 15 de Fevereiro de 1969, onde desenvolveu um tema crucial: os pecados dos homens e os pecados das Nações. Quanto aos primeiros, usando exemplos bíblicos do castigo divino, tal o dilúvio, o arrasamento das cidades, a história do povo judeu. Quanto aos segundos, que muito tinham que ver com a sua percepção da situação colonial, punha de lado os factores temporais externos, para concluir que «as Nações também podem sofrer pelos seus pecados», acrescentando: «nesta linha de pensamento, a guerra, ocorrida em solo português, e demais alterações da ordem, com o severo cortejo das suas consequências, não são ignoradas da Providência divina nem se passam à margem daquela moral de que o pensamento e a vontade de Deus são o fundamento. Tais acontecimentos podem ser também castigos dos nossos pecados».

O aparelho político de então, pela afirmação do Ministro dos Negócios Estrangeiros, logo o identificou como ponto de referência das oposições ao regime e, mais grave, de apoio à linha internacional anti-portuguesa. Um exemplo dramático da questão das traições bivalentes e das fidelidades múltiplas, que neste caso tem de relacionar-se com as dificuldades que teve de enfrentar, mesmo judicialmente, e com apoio do advogado Dr. Carlos Lima, para defender a sua liberdade profética de Pastor, aquele que filiava na doutrina evangélica «a defesa do amor da Pátria», e que partiu para África acusado de «lusitanismo insaciável».

Padre conciliar, que enriqueceria a aula romana com a experiência vivida em Moçambique, não aceitava o conceito oficial de que à Igreja africana apenas era lícito intervir nos seus governos, moral e disciplina, opondo a lição da necessidade de intervir no mundo intensificando a acção social, e condenando ao mesmo tempo os identificados e concretos pecados dos homens e das Nações.

Neste último plano, tendo multiplicado, sem precedente, os instrumentos de intervenção missionária num território onde a competição maometana, protestante, e daquilo que alguns investigadores da época chamaram «seitas religiosas gentílicas», potenciaram a resistência à palavra com o envolvimento político no «nacionalismo africano» concentrou-se: sobre condenação do trabalho forçado e da arbitrariedade nas relações de trabalho; sobre a necessidade da integração plena e total dos pretos e brancos de Moçambique, lutando pela eliminação do estatuto dos indígenas de que ainda falava, moribundo, em 1966, porque os factos eram teimosos contra a lei; urgia pela definição, integrada do aparelho educativo, solicitando com insistência a instalação de um ensino universitário.

5 — Na modesta intervenção que me pertenceu na gestão do ultramar português, tive oportunidade de publicar alguns diplomas que respondiam de algum modo às exigências de D. Sebastião. Na cidade da Beira, e por homenagem que lhe era devida, anunciei a criação dos

Estudos Gerais Universitários, integrados na Universidade Portuguesa, e que haveriam de ser cobertura para mais contrariedades do que alegrias.

Na sessão pública, onde admiti perguntas da assistência, D. Sebastião pôs-me esta questão: a sua lei que revogou o Estatuto dos indígenas, que já tem vários meses, quando é que começa a dar frutos? Respondi-lhe com outra pergunta: D. Sebastião, a sua lei que já tem séculos, que frutos deu aqui que o satisfaçam? Sabíamos ambos que a única coisa a fazer com o tempo é não o perder. Talvez por isso uma das imagens vivas que tenho de D. Sebastião é a que guardo da visita que lhe fiz na Roma conciliar em 1965, e onde ele, mergulhando na sua leitura dos tempos, e certamente já debilitado, era a expressão viva «das velas do altar que dão luz e vão morrendo».

A última das imagens, é a de um D. Sebastião a despedir-se no Hospital do Ultramar em 1966, desenganado da ajuda dos médicos e apressado para chegar vivo à Beira, porque um Bispo deve morrer na sua diocese. Na visita em que fui acompanhado pelo querido e notável Professor Padre Silva Rêgo, doou-nos algum do seu pouco tempo, falando dos indígenas de Moçambique ainda mais submetidos aos factos do que à lei, lembrando acções e modelos de acção, recomendando o regresso às leituras de S. Tomás e de Telhard de Chardin. Recebemos em lágrimas a dádiva do tempo e dos conselhos, do missionário que receberia as homenagens dos representantes de todas as confissões, presentes nas honras fúnebres sem precedente que lhe prestaram.

Antecipando o método que também foi de João Paulo I (Albino Luciani), o qual num jornal da sua diocese de Veneza, o *Messaggero di San Antonio*, escrevia as missivas que foram recolhidas num famoso livrinho intitulado *Ilustrisimos Senores* (Madrid, 1958), também o seu *Diário de Moçambique* serviu para transmitir e guardar muito do seu ensino e da sua acção.

Tive a oportunidade de ali escrever, depois da sua morte, uma série de crónicas que recolhi num livro cha-

mado *Tempo de Vésperas* (Lisboa, 1971), e que dediquei ao «missionário, pastor, irmão de todos os seres vivos» que era D. Sebastião.

Visitei em 1967 a campa rasa que se reservou no Cemitério de Santa Isabel, no caminho que pretendia calcado pelos visitantes, mas que a homenagem permanente de crentes e não crentes preservava.

Pareceu-me que era uma devoção de cristão, e um dever de português, tentar reunir e preservar o acervo, ao menos o principal, dos escritos do nosso bispo da mudança em África, Profeta em Moçambique, D. Sebastião Soares de Resende. Com a ajuda essencial de D. Francisco Nunes Teixeira, de Monsenhor Duarte de Almeida, do Prof. Roque Cabral, do Prof. Carlos Azevedo, do Padre Sebastião Dias, e do Dr. José Maria Paiva Raposo, foi possível apresentar ao Mecenato de Manuel Cordo Boulhousa, da firma MT-Máquinas e Tractores, S.A., e da Fundação Oriente, a proposta que se traduziu num livro que recolhe a sua obra e se intitula — Profeta em Moçambique, da qual entrego um exemplar para a biblioteca da Academia. De D. Sebastião Soares de Resende tenho o atrevimento de julgar poder dizer-se aquilo que D. Manuel Trindade Salgueiro doutrinava que devia poder afirmar-se da vida de cada Bispo: «Cristo passou por aqui».

AUDIÊNCIA PRIVADA DO SANTO PADRE O PAPA JOÃO PAULO II

No dia 29 de Março após a audiência Geral realizada na Praça de S. Pedro, o Santo Padre recebeu em Audiência Privada o Prof. Doutor Adriano Moreira, acompanhado pelo Sr. Manuel Bolhosa e pelo Pe. Joaquim António de Aguiar.

A razão desta Audiência Privada foi oferecer ao Santo Padre um exemplar da obra: «D. Sebastião de Resende Profeta em Moçambique».

Esta obra é fruto da «devoção» e da persistência de 20 anos de trabalho do Prof. Dr. Adriano Moreira que entusiasmou uma equipa de trabalho que ajudou a recolha da obra que andava dispersa e perdida e que após ordenada, foi agora publicada.

A obra realizada é gigantesca.

Prometemos aos nossos leitores uma apresentação da obra agora publicada, graças à coordenação de muitas boas vontades, que souberam responder ao convite do Prof. Adriano Moreira.

Lisboa, 30 de Março de 1995
Pe. Joaquim António de Aguiar



1995 — O ANO DOS 3 GRANDES CENTENÁRIOS

1. Este ano de 1995 é um ano especialmente rico em comemorações de 3 figuras nacionais, que encarnaram o que de mais rico tem a nossa cultura e que nos fez diferentes dos outros povos europeus.

Celebramos o VIII Centenário do nascimento de Sto. António, figura protótipa do nosso espírito universalista e que se projectou na Idade Média como grande pregador e milagreiro e cuja figura é conhecida e venerada em todo o mundo.

A sua preparação humanista e cultural foi-lhe proporcionada através do trivium e quaticivium das escolas catedralícia de Lisboa e S. Vicente de Fora e a sua cultura teológica foi recebida na escola monacal de Sta. Cruz de Coimbra, verdadeira pré-universidade nacional, muito antes da fundação da Universidade criada por D. Diniz em 1290 a pedido dum conjunto de clérigos, destacando-se o Prior de Sta. Cruz de Coimbra e o Abade de Alcobaça.

Comemoramos o VI Centenário do nascimento do Infante D. Henrique, que abriu à Europa a idade moderna, à nação rasgou novos caminhos que fizeram desta pequena faixa atlântica o centro de 3 continentes descobertos; à Igreja proporcionou meios de contactos com novas civilizações e culturas, abrindo o diálogo para a evangelização, fazendo duma Igreja europeia uma Igreja universal.

Lembramos ainda este ano, o V centenário do nascimento de São João de Deus na pequena vila de Montemor-o-Novo em 1495.

Três centenários que devem fazer pensar aos portugueses de hoje, que vale a pena lembrar o passado, para abrir novos caminhos ao futuro da nação.

2. A figura de S. João de Deus é lembrada e comemorada a nível eclesial, tendo o Papa João Paulo II enviado uma mensagem ao Irmão Geral da Ordem Hospitalreira de S. João de Deus e um seu enviado especial a Portugal, o Cardeal Angelini, que ocupa no Vaticano a Presidência do Conselho Pontifício da Pastoral da Saúde.

A Comissão de Honra Nacional deste Centenário é presidida pelo Presidente da República, seguindo-se o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro Ministro, altas figuras dos órgãos do Estado, o Núncio Apostólico. Todo o Episcopado Português e Presidentes de organismos e instituições ligadas ao mundo da saúde.

Os actos comemorativos realizam-se no decorrer deste ano em Lisboa, Montemor-o-Novo, nas Casas das



Estátua de S. João de Deus na Igreja Matriz de Montemor-o-Novo

diferentes Ordens Hospitaleiras espalhadas pelos cinco Continentes onde trabalham 2.500 Irmãos Hospitaleiros atendendo uns 50.000 doentes. As Comemorações revestem um nível mundial como de facto o merece a figura ímpar e providencial de S. João de Deus.

3. Breve itinerário da vida de S. João de Deus

Nascido em Montemor-o-Novo em 1495, com 8 anos de idade é levado por um clérigo para Oropesa, onde será acolhido por um rico lavrador maioral do Duque de Oropesa que o ocupa a guardar o rebanho de ovelhas e outros animais até aos 28 anos de idade.

Como tantos outros portugueses da época, não lhe faltou o aventureirismo militar, alistando-se no corpo de defesa de Fuenterrabia contra o exército francês de Francisco I de França, deslocando-se a Viena incorporado no mesmo exército do Duque de Oropesa para defender Viena do perigo turco, que então a ameaçava (1532).

Regressando a Espanha e vindo à sua terra natal, dirigiu-se a Ceuta onde começa a brotar a sua vocação hospitaleira. Regressando a Espanha fixa-se em Granada e em 1538, ouvindo um sermão de S. João de Ávila, reconhece dum modo extraordinário a sua vocação hospitaleira para tratar doentes mentais no Hospital daquela cidade.

Como tantos outros do seu tempo fez a peregrinação a Nossa Senhora de Guadalupe e ao regressar a Granada fundou um pequeno hospital (1539) onde recolheu um grupo de doentes mentais. Não lhe faltaram dificuldades de toda ordem, passando mesmo por doente mental e sendo tratado conforme os métodos desumanos da época.

Em 1547, graças a esmolas recolhidas, fundou um hospital mais amplo, passando pelas dificuldades do

pagamento das obras feitas, deslocando-se a Valladolid onde estava a corte de Carlos V para solicitar ajudas financeiras para pagar as dívidas restantes.

A sua vida foi um exemplo de consagração e arrastou outros a seguir o seu exemplo.

O Santo morreu exausto em 1555.

Os discípulos conseguiram a aprovação da Ordem por Sixto V em 1571.

O seu corpo foi sepultado na igreja do hospital por ele fundado e seria beatificado em 1640 e canonizado em 1690.

Leão XIII o declarou Padroeiro dos Hospitais e pessoal de Saúde, e o declarou Patrono do pessoal de Enfermagem.

Este breve itinerário da vida dum Santo Português que passou por louco, mas a sua loucura era realmente a sua devoção completa aos doentes, aos pobres e aos mais abandonados da cidade de Granada, onde soava a sua famosa frase, que servia de pregão: «Irmãos, fazei o bem a vós mesmos».

4. Esta é a figura que este ano lembramos e honramos, não apenas em Portugal, pois a sua projecção é mundial.

Profeta do seu tempo, anuncia e prática de novos métodos de cura das doenças mentais, não sendo a de menor importância, a total devoção aos doentes; aqui é de afirmar: «fêz vida de amor, por amor aos doentes».

Pe. Joaquim António de Aguiar

INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral
N.º de Registo 112 874

Direcção

António Maria M. Pinheiro Torres
(Secretário-Geral do IDJC)

Redacção

Sede do Instituto
R. D. Francisco de Almeida, 49 — (Restelo)
1400 LISBOA
Telef. 302 17 28

Propriedade

Instituto Dom João de Castro
N.º 212 873

Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomp. e imp. na Minigráfica — Coop. de Artes Gráficas, CRL
Rua da Alegria, 30 — Telef. 346 47 20 — 1250 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87



AGR
viagens

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA
Telef. 352 24 69 — Telefax 42754 Acptur P
Fax 540903

FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122
Telef. 387 22 88 — Telefax 64888 Acampo P
Lic. Op. Tur. DGT n.º 378
Fax 691442

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00
Telex 27133 Acptu P
Fax 200 25 02



O atendimento
mais acolhedor
o serviço mais eficiente

VIDA DO INSTITUTO

Como já comunicamos aos nossos sócios e amigos que nos tem acompanhado durante estes anos da vida do nosso Instituto, a Direcção do Instituto tem muito prazer em comunicar que as obras da nova sede já se encontram concluídas e que estamos no momento final da decoração das diferentes salas.



Fachada principal da Sede do Instituto D. João de Castro

Desde Fevereiro que temos uma funcionária que atende o telefone e cuida da limpeza e recebe as pessoas que nos procuram.

Vamos agora após a Páscoa a montar os outros serviços e programar as actividades culturais próprias do nosso Instituto continuando a realizar os nossos «clássicos» Colóquios sobre «Descobrimientos» nas capitais de Distrito, onde ainda os não realizámos.

É nosso propósito continuar essa acção cultural.

Certamente surgirão outras actividades uma vez que se estruturam os novos serviços do Instituto «Casa Nova. Vida Nova».

A sede do Instituto fica situada no bairro do Restelo na Rua de D. Francisco de Almeida 1.º Vice-Rei da Índia (1503-1509) n.º 49 — 1400 Lisboa.

O bairro do Restelo com os Jerónimos, a Torre de Belém e a Capela de S. Jerónimo de 1514 a coroar o alto da encosta, está ligado à nossa epopeia dos Descobrimientos.

Ficamos pois situados na zona da cidade, que condiz com a nossa missão cultural.

Esperamos poder receber os nossos sócios e amigos na nova sede, após a Páscoa.

Lisboa, 31 de Março de 1995
Pe. Joaquim António de Aguiar

PÁSCOA 1995 PRIMAVERA 1995

NOVA VIDA COM CRISTO RESSUSCITADO
ALELUIA ★ ALELUIA ★ ALELUIA

